

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.470.616 - PR (2014/0175714-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE** : **JOÃO CARAM SOBRINHO**  
**ADVOGADOS** : **ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO - PR016601**  
                  **DANIEL WUNDER HACHEM - PR050558**  
                  **FELIPE KLEIN GUSSOLI - PR075081**  
                  **LUZARDO FARIA - PR086431**  
**AGRAVADO** : **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA**  
                  **AGRÁRIA**  
**REPR. POR** : **PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**  
**AGRAVADO** : **UNIÃO**  
**INTERES.** : **BENO HATZEMBERGER - ESPÓLIO**  
**REPR. POR** : **ALMIR MARCULINO HATZEMBERGER - INVENTARIANTE**  
**INTERES.** : **AMELIA LOHMANN HATZEMBERGER - ESPÓLIO**  
**INTERES.** : **EGON KOLLING**  
**INTERES.** : **VALESKA KOLLING**  
**ADVOGADA** : **MARGARETE INES BIAZUS LEAL E OUTRO(S) - PR009883**  
**INTERES.** : **LUCITA NEME FERNANDES**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado por João Caram Sobrinho contra decisão que conheceu em parte de seu recurso especial e, nessa extensão, negou-lhe provimento (e-STJ, fls. 3.574-3.579).

A parte agravante aduz, em suma, omissão quanto ao instituto do litisconsórcio passivo necessário.

Requer, assim, a submissão do feito ao colegiado.

Impugnação às e-STJ, fls. 3.604-3.614.

Processo com prioridade legal (art. 12, § 2º, VII, do CPC/2015, combinado com a Meta 2/CNJ/2019 - "Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos, 99% dos processos distribuídos até 31/12/2014 e 95% dos distribuídos em 2015").

É o relatório.

Compulsando os autos, reconheço haver, de fato, omissão no acórdão da origem.

Embora oportunamente alegada, tendo constado que, até mesmo no relatório do voto condutor impugnado, a questão referente ao litisconsórcio passivo necessário do ente federado não foi resolvida pelo Tribunal local. Limitou-se a Corte *a quo*, repisando a sentença, a manifestar-se sobre o chamamento do estado ao processo, afastando-a sob o fundamento de inexistir relação obrigacional entre as partes.

As questões não se confundem. A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ALIMENTOS. INDIGNIDADE DA ALIMENTADA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. PAGAMENTO DE 13ª PARCELA DE ALIMENTOS. AUSÊNCIA DE DECISÃO E DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. MECANISMO DE INTEGRAÇÃO POSTERIOR DO POLO PASSIVO PELOS COOBRIGADOS A PRESTAR ALIMENTOS PREVISTO NO ART. 1.698 DO CÓDIGO CIVIL. LEGITIMADOS A PROVOCAR. EXCLUSIVIDADE DO AUTOR COM PLENA CAPACIDADE PROCESSUAL. CONCORDÂNCIA TÁCITA COM OS ALIMENTOS A SEREM PRESTADOS PELO COOBRIGADO RÉU. POSSIBILIDADE, TODAVIA, DE PROVOCAÇÃO DO RÉU OU DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUANDO SE TRATAR DE AUTOR INCAPAZ, SOBRETUDO SE PROCESSUALMENTE REPRESENTADO POR UM DOS COOBRIGADOS OU SE EXISTENTE RISCO AOS INTERESSES DO INCAPAZ. NATUREZA JURÍDICA DO MECANISMO. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO ULTERIOR SIMPLES, COM A PECULIARIDADE DE SER FORMADO NÃO APENAS PELO AUTOR, MAS TAMBÉM PELO RÉU OU PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. MOMENTO PROCESSUAL ADEQUADO. FASE POSTULATÓRIA, RESPEITADO A ESTABILIZAÇÃO OBJETIVA E SUBJETIVA DA LIDE APÓS O SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO.

[...]

6 - A definição acerca da natureza jurídica do mecanismo de integração posterior do polo passivo previsto no art. 1.698 do CC/2002, por meio da qual são convocados os coobrigados a prestar alimentos no mesmo processo judicial e que, segundo a doutrina, seria hipótese de intervenção de terceiro atípica, de litisconsórcio facultativo, de litisconsórcio necessário ou de chamamento ao processo, é relevante para que sejam corretamente delimitados os poderes, ônus, faculdades, deveres e responsabilidades daqueles que vierem a compor o polo passivo, assim como é igualmente relevante para estabelecer a legitimação para provocar e o momento processual adequado para que possa ocorrer a ampliação subjetiva da lide na referida hipótese.

[...]

12 - Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido, por fundamentação distinta.

(REsp 1.715.438/RS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. VALOR DA CAUSA INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. ART. 3º, DA LEI Nº 10.259/01. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. ART. 47, DO CPC. CHAMAMENTO AO PROCESSO. DESNECESSIDADE.

[...]

3. Caso o Juízo do Juizado Especial Federal entenda ser hipótese de

formação de litisconsórcio passivo necessário entre os entes políticos, caberá a ele determinar que o autor promova a citação dos demais litisconsortes, nos termos do que preceitua o artigo 47, do CPC, sendo desnecessário falar-se no incidente de "chamamento ao processo".

4. Competência do Juízo Federal da 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Previdenciário de Blumenau/SC, o suscitante.

(CC 103.156/SC, Rel. Min. CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/3/2009, DJe 20/4/2009)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC. RESGATE DE EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. UNIÃO FEDERAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO FACULTATIVO. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL.

1. A solidariedade obrigacional não importa em exigibilidade da obrigação em litisconsórcio necessário (art. 47 do CPC), mas antes na eleição do devedor pelo credor, cabendo àquele, facultativamente, o chamamento ao processo (art. 77, do CPC).

[...]

7. Recurso especial provido, determinando-se a remessa dos autos à Justiça Estadual para apreciação do feito. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008.

(REsp 1145146/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 9/12/2009, DJe 1º/2/2010)

Dessa forma, não se desincumbiu a Corte recorrida de esclarecer quanto à hipótese ensejadora de nulidade potencial, sendo necessário o retorno dos autos à origem para saneamento do vício, ante a impossibilidade de análise direta, por salto, da matéria nesta sede.

Ante o exposto, com fulcro no art. 1.021, § 2º, do CPC/2015, c/c o art. 259 do RISTJ, conheço do agravo interno para, em juízo de retratação, reconsiderar a decisão agravada, a fim de dar provimento ao recurso especial para saneamento do vício de omissão sobre o litisconsórcio passivo necessário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator